



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 1 de 33

## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

### TERMO DE REFERÊNCIA N.º 8 /2022

<b>OBJETO</b>	Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de ambiente de colaboração e comunicação corporativa em nuvem – Microsoft O365 <i>Enterprise Agreement</i> com Software Assurance com as respectivas licenças e demais produtos da solução contratada –, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender as demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
<b>PROCESSO</b>	00600-00002849/2022-63-e
<b>ESTIMATIVA</b>	R\$ 7.079.792,40
<b>REGIME</b>	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
<b>TIPO</b>	MENOR PREÇO

### EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

<b>ÁREA ADMINISTRATIVA</b> Oswaldo Junqueira Vaz Júnior Darlan Lima Carneiro	<b>TELEFONE:</b> (61) 3314-2870 <b>EMAIL:</b> spc@tc.df.gov.br
<b>ÁREA TÉCNICA</b> Alessandro Salomão Gonçalves	<b>TELEFONE:</b> (61) 3314-2741 <b>EMAIL:</b> alessandro.goncalves@tc.df.gov.br



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 2 de 33

## **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de ambiente de colaboração e comunicação corporativa em nuvem – Microsoft O365 Enterprise Agreement com Software Assurance com as respectivas licenças e demais produtos da solução contratada –, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender as demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

### **1.1.1. ITEM 1 - FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE AMBIENTE DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA EM NUVEM - MICROSOFT O365 ENTERPRISE AGREEMENT COM SOFTWARE ASSURANCE, POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES, COMPOSTA POR:**

1.1.1.1. **SUBITEM 1.1** – Aquisição de 225 (duzentos e vinte e cinco) licenças O365E1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU T6A-00024).

1.1.1.2. **SUBITEM 1.2** – Aquisição de 760 (setecentos e sessenta) licenças O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU AAA-10842).

1.1.1.3. **SUBITEM 1.3** – Aquisição de 50 (cinquenta) licenças O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU SY9-00004).

1.1.1.4. **SUBITEM 1.4** – Aquisição de 50 (cinquenta) licenças VisioPlan1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU HWN-00002).

1.1.1.5. **SUBITEM 1.5** – Aquisição de 20 (vinte) licenças VisioPlan2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU N9U-00002).

1.1.1.6. **SUBITEM 1.6** – Aquisição de 15 (quinze) licenças PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU SEJ-00002).

1.1.1.7. **SUBITEM 1.7** – Aquisição de 100 (cem) licenças Power Automate Sub Per User (SKU SPU-00002).

1.1.1.8. **SUBITEM 1.8** - Aquisição de 100 (cem) licenças PowrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU NK4-00002)



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 3 de 33

1.1.1.9. **SUBITEM 1.9** - Aquisição de 1.035 (mil e trinta e cinco) licenças EntMobandSecE5Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU CE6-00003).

1.1.1.10. **SUBITEM 1.10** - Aquisição de 1.035 (mil e trinta e cinco) licenças Defender O365 P1 Sub Per User (SKU KF5-00002).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. Disponibilização de infraestrutura em Tecnologia da Informação, contemplando uma solução de ambiente de colaboração e comunicação corporativa em nuvem – Microsoft O365 Enterprise Agreement com Software Assurance com as respectivas licenças e demais produtos da solução contratada –, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender as demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal

### **2.2. MOTIVAÇÃO**

#### **2.2.1. Razões de Direito**

2.2.1.1. Segundo o disposto no art. 21-A do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução nº 273/2014, compete à Secretaria de Tecnologia da Informação:

2.2.1.1.1. Gerenciar os recursos de Tecnologia da Informação, planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos de Tecnologia da Informação de que o Tribunal necessite, zelar pela segurança e integridade de sistemas, dados e informações constantes em bases de dados corporativas;

2.2.1.1.2. Segundo o mesmo Regulamento dos Serviços Auxiliares, compete ao Serviço de Infraestrutura:

2.2.1.1.2.1. Promover o gerenciamento físico e lógico da rede de computadores do Tribunal, zelar pela expansão e atualização tecnológica da rede local, realizar cópias de segurança de informações e aplicativos, definir e implementar plano de contingência de informações e recursos tecnológicos, de forma a



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 4 de 33

assegurar a continuidade do funcionamento dos sistemas de informação em situações imprevistas, zelar pelo sigilo, segurança lógica e física das informações disponíveis na rede de computadores do Tribunal.

### **2.2.2. Razões de Fato**

2.2.2.1. Desde a contratação das licenças para o Office 365 referente ao processo TCDF nº 26.679/2019-e, os clientes licenciados passaram a usufruir de recursos de colaboração em nuvem tanto nas dependências do TCDF quanto remotamente.

2.2.2.2. Por essa razão, o TCDF tem como necessidades macros para essa nova contratação:

2.2.2.2.1. Manutenção dos serviços de colaboração;

2.2.2.2.2. Manutenção e expansão dos serviços e recursos de segurança de identidade, amparados pela Resolução 196, de 03/03/2009 e Resolução 302, de 31/01/2017;

2.2.2.2.3. Inclusão dos serviços de segurança de *endpoints* às listas de entregáveis da STI para gestão de infraestrutura

2.2.2.2.4. Expansão do uso dos recursos do Power BI como ferramenta de apoio à gestão tática e estratégica;

2.2.2.2.5. Divulgação e implementação dos recursos do Power Platform para integrações entre sistemas e áreas de negócios;

2.2.2.2.6. Manutenção e expansão dos recursos para transmissões das sessões plenárias – Microsoft Teams;

2.2.2.2.7. Manutenção da infraestrutura em nuvem como repositório de dados dos servidores em detrimento à infraestrutura local;

2.2.2.2.8. Adequação e implementação do ambiente de administração da



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 5 de 33

solução O365 às regras da LGPD sob a tutela do Grupo de Trabalho da LGPD instituído pela Portaria nº 141, de 04 de maio de 2021.

2.2.2.3. Em vista disso e desde a institucionalização do teletrabalho no (TCDF), em 30 de outubro de 2012, a Casa, por intermédio da sua área de tecnologia da informação, buscou-se viabilizar as operações remotas de auditores, analistas e demais servidores fornecendo os recursos informáticos cabíveis para que realizassem suas atividades finalísticas de forma eficiente e segura.

2.2.2.4. Contudo, em virtude das dificuldades técnicas, de infraestrutura, de gestão operacional das ações praticadas remotamente pelos servidores e orçamentária, aliadas às diretrizes do PDTI, que eram contrárias à utilização de soluções remotas “em nuvem”, pouco se avançou nesse quesito para permitir aos servidores do TCDF a realização plena de suas atividades amparadas pelas resoluções do teletrabalho.

2.2.2.5. Nos últimos anos, várias ações foram tomadas com o intuito de auxiliar as ações remotas de servidores. Pode-se citar algumas que foram fundamentais para que os primeiros passos fossem dados, são eles:

2.2.2.5.1. Revisão do PDTI, autorizando a casa a buscar soluções em nuvem;

2.2.2.5.2. Investimentos em servidores hosts com mais recursos computacionais;

2.2.2.5.3. Aquisição de storage proprietário;

2.2.2.5.4. Unificação dos sistemas operacionais de desktop;

2.2.2.5.5. Padronização dos hipervisors<sup>1</sup> com ProxMox;

2.2.2.5.6. Utilização de containers Docker para aumentar os recursos de infraestrutura bem como os serviços demandados pela equipe de desenvolvimento.

2.2.2.6. A pandemia da COVID-19 afetou o mundo inteiro impondo mudanças operacionais relevantes em todos os segmentos de negócios.

2.2.2.7. Para se ajustar às novas modalidades de entregas de atividades e



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 6 de 33

acompanhamentos profissionais, a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, com o apoio da Comissão Gestora de Tecnologia da Informação – CGTI, adotou as soluções de colaboração em nuvem da Microsoft – o Office 365 (O365) – para suportar as novas necessidades. Todas as tratativas e as justificativas dessa contratação estão descritas no processo TCDF nº 26.679/2019-e.

2.2.2.8. Em função das exigências de normativos de enfrentamento da pandemia, a contratação do Office 365 se fez por um prazo de 24(vinte e quatro) meses, contrário ao padrão mundial da Microsoft de ser inicialmente de 36(trinta e seis) meses – tal período de contratação foi suportado pela mantenedora da solução que se ajustou às legislações locais por conta da excepcionalidade imposta pela pandemia.

2.2.2.9. Conforme citado acima, o processo TCDF nº 26.679/2019-e reuniu e apresentou a dependência da casa com os produtos Microsoft. Relatou também que outros esforços foram realizados para experimentar outras soluções, inclusive o Google G Suíte, designação do atual Google Workspace. Os resultados não foram satisfatórios, os servidores e demais utilizadores internos não aprovaram os recursos ofertados por essas soluções alternativas.

2.2.2.10. O TCDF sempre utilizou soluções Microsoft para a produção intelectual e técnica de seus pareceres e informações. Os esforços anteriores para se experimentar outros padrões se mostrou ineficiente uma vez que não há, por parte dos clientes internos, ou seja, pelos servidores e demais utilizadores, a predisposição para mudanças tão significativas do modelo de trabalho atual, implantado há anos.

2.2.2.11. Além disso, foram criadas outras dependências técnicas mais recentes. Um bom exemplo são os recursos do Microsoft Teams para as transmissões das sessões plenárias. A maneira com a qual se organiza os eventos e como a inteligência artificial nela aplicada trata os quadros dos participantes do evento, auxiliam as equipes de transmissão a manterem a qualidade e a apresentação pública de quem detém a palavra. Esses recursos são exclusivos e outras ferramentas como o próprio Google Meet, Zoom, Telegram e outras ferramentas de transmissão não suportam igualmente, pelo menos, até o momento.



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 7 de 33

2.2.2.12. Outra questão de grande relevância é sobre as licenças do atual contrato, processo TCDF nº 26.679/2019-e, que terá seu prazo de vigência expirado em outubro próximo.

2.2.2.13. Por essas razões, entende-se que é imprescindível a continuidade do atual modelo de trabalho suportado pelo ambiente de colaboração Microsoft Office 365, que se transformou na ferramenta de apoio indispensável às atividades finalísticas do TCDF.

### **2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**

2.3.1. Disponibilização de um ambiente de colaboração amplo que proverá inúmeros recursos de integrações aos clientes internos – tais como videoconferências, treinamentos a distância, escritórios virtuais, compartilhamento e colaboração de documentos e/ou ideias, dentre outras –, foco nas atividades finalísticas, foco na missão da Casa, redução do comprometimento orçamentário em expansões de infraestrutura e sistemas específicos dedicados à sustentação de um ambiente de nuvem privado além criar um modelo de negócios estratégico com alinhamento aos anseios do Planejamento Estratégico e do Plano Diretor de TI, tudo isso em uma única plataforma.

2.3.2. Repasse dos custos operacionais e de infraestrutura sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA. Num segundo momento, tais recursos de infraestrutura ora “economizadas”, poderão ser realocados para atendimento a novas demandas que já estão reprimidas, aumentando a entrega dos serviços pendentes junto às áreas demandantes do tribunal. A solução de comunicação, colaboração e busca, através do recurso de conferência on-line, possibilitará uma economia nos custos de deslocamento e otimização do tempo de servidores, pois parte das reuniões poderão ser realizadas de forma remota, on-line. Serviços e recursos que poderão ser explorados amplamente pelo teletrabalho.

2.3.3. Integração dos recursos da nova solução, inclusive em dispositivos móveis, garantindo uma maior mobilidade e acessibilidade aos e-mails e mensageria, promovendo um maior dinamismo e agilidade nas atividades cotidianas dos servidores.

2.3.4. Acréscimo de ferramentas de colaboração, compartilhamento e busca, no dia a dia do TCDF, permitirá uma transformação digital com a disseminação do trabalho em equipe

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 8 de 33

através da colaboração. Ampliação do uso de celulares e outros dispositivos para a execução das tarefas. Comunicação simples e segura entre os clientes, independentemente da localidade e da forma de acesso, com validações de acessos e níveis de controle de clientes e domínios. A disponibilidade e o fácil acesso às informações trazem um relevante impacto positivo na produtividade e na eficiência das ações.

2.3.5. Possibilidade do uso do Software Assurance durante a vigência do contrato. Este serviço ajudará o TCDF a aproveitar as vantagens dos produtos de software da Microsoft por intermédio de diversos benefícios. Do planejamento da implementação, passando pelo treinamento da equipe e suporte de produtos até as atualizações de software. O Software Assurance ajudará a aumentar a produtividade do trabalho e acelerar o desempenho organizacional. Os benefícios do referido programa ajudam a oferecer suporte na medida do planejamento, implementação, utilização, manutenção e transição para outras soluções de software dessa mantenedora.

**3. DESCRIÇÃO DO OBJETO****3.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**3.1.1. ITEM 1- FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE AMBIENTE DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA EM NUVEM - MICROSOFT O365 ENTERPRISE AGREEMENT COM SOFTWARE ASSURANCE, POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES, COMPOSTA POR:**

3.1.1.1. **SUBITEM 1.1** – Aquisição de 225 (duzentos e vinte e cinco) licenças O365E1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU T6A-00024).

3.1.1.2. **SUBITEM 1.2** – Aquisição de 760 (setecentos e sessenta) licenças O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU AAA-10842).

3.1.1.3. **SUBITEM 1.3** – Aquisição de 50 (cinquenta) licenças O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU SY9-00004).

3.1.1.4. **SUBITEM 1.4** – Aquisição de 50 (cinquenta) licenças VisioPlan1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU HWN-00002).

3.1.1.5. **SUBITEM 1.5** – Aquisição de 20 (vinte) licenças VisioPlan2 ShrdSvr





**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 9 de 33

ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU N9U-00002).

3.1.1.6. **SUBITEM 1.6** – Aquisição de 15 (quinze) licenças PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU SEJ-00002).

3.1.1.7. **SUBITEM 1.7** – Aquisição de 100 (cem) licenças Power Automate Sub Per User (SKU SPU-00002).

3.1.1.8. **SUBITEM 1.8** - Aquisição de 100 (cem) licenças PowrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU NK4-00002)

3.1.1.9. **SUBITEM 1.9** - Aquisição de 1.035 (mil e trinta e cinco) licenças EntMobandSecE5Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU CE6-00003).

3.1.1.10. **SUBITEM 1.10** - Aquisição de 1.035 (mil e trinta e cinco) licenças Defender O365 P1 Sub Per User (SKU KF5-00002).

### 3.2. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DAS LICENÇAS

3.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer certificado de registro do direito de atualização das licenças no site do fabricante pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

3.1.3. O serviço de atualização das licenças será prestado pela fabricante das subscrições dentro do período de vigência do contrato – 36(trinta e seis) meses – e consiste no fornecimento para o TCDF de todas as versões, *features*, *releases*, *fixes* e *service packs*, de forma a manter a solução permanentemente atualizada, bem como, no fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos produtos licenciados sem custo adicional para o TCDF.

## 4. MODELO DE FORNECIMENTO E INSTRUMENTO DE AJUSTE

### 4.1. DO MODELO DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

4.1.1. Para fornecimento do objeto do presente instrumento, deverão ser observados os requisitos funcionais (especificações técnicas) estabelecidos no item 3.

4.1.2. A solução de ambiente de colaboração e comunicação corporativa em nuvem, prevista no ITEM 1 será executada de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 10 de 33

global.

#### **4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE**

4.2.1. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei 8.666/1993, o Edital de Licitação, seus Anexos e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do contrato a ser assinado, cuja minuta consta do Anexo V - Minuta de Contrato.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o subitem 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Termo de Referência.

4.2.5. Previamente à assinatura do Instrumento Contratual, a CONTRATADA deverá comprovar documentalmente o cumprimento da exigência de equidade salarial em seu quadro de funcionários no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do resultado da licitação, prorrogável, justificadamente, por igual período e uma única vez, em conformidade com o art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020.

4.2.5.1. Caso a empresa não conte com mecanismos de garantia de equidade salarial, poderá apresentar, no mesmo prazo estabelecido no item 4.2.5, plano para adoção das ações elencadas no inciso II do art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020, ou outras que visem ao alcance do mesmo objetivo, com prazo para implantação de no máximo 90 dias.

#### **4.3. DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO**

4.3.1. Os produtos deverão ser disponibilizados para a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), no 1º andar do Edifício Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Brasília/DF, cujo contato prévio deverá ser realizado por meio do Serviço de Infraestrutura,



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 11 de 33

telefone (61) 3314-2741, no horário das 13h00 às 18h30.

#### 4.4. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO EM ITEM ÚNICO

4.4.1. Justifica-se o agrupamento dos subitens (1 a 10) em um único lote por tratar-se de solução única para o fornecimento de um conjunto de licenças para atendimento específico no parque tecnológico do TCDF, o qual não são passíveis de execução por mais de um prestador, haja vista que a plataforma governamental da Microsoft requer esse conjunto de licenças em um único *Tenant*.

4.4.1.1. Por *Tenant* entende-se um container para itens de uma organização (como usuários, domínios, assinaturas) para que sejam habilitadas todas as funcionalidades de trabalho colaborativo para uma organização. Sendo que, para cada contratação é gerado, dentro da plataforma de licenças da Microsoft, um *Tenant*.

4.4.2. Além disso, com a contratação do agrupamento dos subitens (1 a 10), alcança-se preço mais vantajoso para a Administração Pública e ganho de escala e eficiência na gestão contratual. Pois, o agrupamento dessas licenças da Microsoft possibilita descontos ofertados para o segmento governamental.

### 5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

#### 5.1. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários. A execução dos serviços contratados, por parte do CONTRATANTE, pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.1.1. **GESTOR DO CONTRATO:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 12 de 33

5.1.1.2. **FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO:** servidor da área de Tecnologia da Informação designado pelo CONTRATANTE para a fiscalização técnica da execução contratual e pela verificação dos resultados pretendidos;

5.1.1.3. **FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;

5.1.1.4. **FISCAL REQUISITANTE DO CONTRATO:** servidor representante da Área Requisitante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC.

5.1.1.5. **PREPOSTO:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento.

## 5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.2.1. Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura.

5.2.2. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do ajuste.

5.2.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados.

5.2.4. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento da contratação.

5.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

5.2.6. Atender as solicitações de esclarecimentos e pedidos de informações em tudo quanto for necessário à fiel execução dos serviços.

5.2.7. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 13 de 33

credenciada.

5.2.8. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas na execução do objeto da presente contratação.

### **5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

5.3.1. Observar, em todas as dependências do TCDF, onde haja necessidade de acesso para a entrega e montagem do objeto contratado, todos os protocolos e medidas preventivas exigidas pelo CONTRATANTE em normas internas, em função do enfrentamento ao contágio da COVID-19;

5.3.2. Fornecer o objeto desta contratação, atendendo às especificações estabelecidas e a quantidade indicativa no Anexo IV - Ordem de Serviço e da Nota de Empenho.

5.3.3. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do ajuste, atinentes ao atendimento desta contratação.

5.3.4. Ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

5.3.5. Indicar profissional para atuar como Preposto para tratar dos aspectos administrativos e da contratação.

5.3.6. Informar ao CONTRATANTE número telefônico, com funcionamento em horário comercial (de 8 às 18h; de segunda à sexta-feira) e endereço para envio de mensagens eletrônicas (e-mail), objetivando o registro de reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado.

5.3.7. Manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas e sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

5.3.8. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 14 de 33

desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.

5.3.9. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, e demais custos inerentes ao fornecimento dos produtos/serviço.

5.3.10. Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato, por escrito, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

5.3.11. Respeitar as normas e os regulamentos do TCDF pertinentes a execução do objeto da contratação.

5.3.12. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que lhe sejam aplicadas por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

#### **5.4. DA FISCALIZAÇÃO**

5.4.1. As disposições que tratam sobre a FISCALIZAÇÃO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

#### **5.5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES**

5.5.1. As disposições que tratam DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES constam do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

#### **5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.6.1. As disposições que tratam sobre o RECEBIMENTO DO OBJETO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

#### **5.7. DO PAGAMENTO**

5.7.1. As disposições que tratam sobre PAGAMENTO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 15 de 33

## **5.8. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

5.8.1. As disposições que tratam sobre REAJUSTE DE PREÇOS constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

## **5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL**

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

## **5.10. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

5.10.1. Para a execução do objeto descrito neste instrumento, serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:

5.10.1.1. Telefone indicado pela CONTRATADA para suporte e abertura de registro de reclamações sobre o funcionamento da ferramenta;

5.10.1.2. Meio eletrônico (e-mail ou outro sistema web) com confirmação de recebimento;

5.10.1.3. Ofícios, fac-símile e outros meios formais de comunicação.

5.10.2. A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientando os técnicos de manutenção que prestarão os serviços de suporte técnico autorizado durante o período da garantia.

5.10.3. Para evitar que o CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

5.10.4. É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

5.10.5. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 16 de 33

## **6. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS**

6.1. O valor do montante estimado da despesa é de até **R\$ 7.079.792,40 (sete milhões, setenta nove mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)**, conforme **Anexo II (Estimativa de Preços)**.

6.2. O valor estimado tem como base a utilização do Catálogo de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Governo Federal (Secretaria de Governo Digital – SGD). Esse acordo do Governo Federal com a Microsoft compõe planilha de custos, o que limita as empresas fornecedoras a praticarem preços fixos em atendimento às licitações dos órgãos federais participantes do acordo.

6.3. Os Catálogos de Soluções de TIC com condições padronizadas são instrumentos previstos na Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019. Trata-se de uma relação de soluções de TIC ofertadas pelo mercado que possuem condições padrões definidas pelo Órgão Central do SISP, podendo incluir o nome da solução, descrição, níveis de serviço, preço máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC), entre outros elementos.

6.4. Cabe informar que a utilização do Catálogo de Soluções em TIC, para compor a planilha de custos e limitar as empresas fornecedoras a praticarem preços fixos em atendimento às licitações dos órgãos federais participantes do acordo, foi objeto de deliberação e aprovação pela CGTI do TCDF, em reunião realizada em 30/03/2022.

## **7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos Itens do objeto.

## **8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Instrumento Contratual, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa,

Termo de Referência nº 8/2022





**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 17 de 33

ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento, no Edital e das demais disposições legais.

8.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar a sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

8.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.

8.4. Outras disposições que tratam sobre SANÇÕES APLICÁVEIS na execução contratual constam da CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

## **9. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

9.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** para julgamento e classificação das propostas, observado os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2. O objeto a ser adquirido se enquadra no conceito de serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitados por meio de **Pregão Eletrônico**.

9.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 18 de 33

## 9.2. DA HABILITAÇÃO

9.2.1. Além da habilitação parcial, por meio do SICAF, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

9.2.1.1. **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 40, inciso V, do Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c art. 1º do Decreto Distrital nº 40.205/2019. Essa certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

9.2.1.2. **Declaração** de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

9.2.1.3. **Atestado de Capacidade Técnica ou Certidão** que comprove(m) que o licitante forneceu para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, que demonstre o fornecimento de qualquer das licenças da Microsoft previstas no item 1(subitens 1 a 10), equivalentes ao objeto da presente contratação.

9.2.1.3.1. O atestado ou certidão deverão conter nome, endereço, assinatura legível, cargo na empresa e telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o TCDF possa manter contato com a declarante, se for o caso.

9.2.2. A não apresentação da documentação constante dos itens 9.2.1 e 9.2.1.1, não implicará inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta dos documentos por meio da Internet.

## 10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. As disposições constantes neste Instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

10.1.1. Lei nº 8.666/1993, 10.520/2002;

10.1.2. Decreto Federal nº 10.024/2019;

Termo de Referência nº 8/2022



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 19 de 33

10.1.3. Resolução TCDF nº 273/2014;

10.1.4. Instrução Normativa nº 04/2019 – SLTI/MPOG.

## **11. DOS ANEXOS**

11.1. ANEXO II – ESTIMATIVA DE PREÇOS

11.2. ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.3. ANEXO IV – MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO

11.4. ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO.

## **12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

12.1. São responsáveis pelo presente Termo de Referência o chefe do Serviço de Infraestrutura (SI) e o Supervisor de Planejamento da Contratação (SPC).



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 20 de 33

**ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS**

ITEM	SUBITEM	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (SGD)	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, PARA 36 MESES.
1	1.1	225	Fornecimento de licença O365E1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr ( <b>SKU T6A-00024</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	34,08	92.016,00	276.048,00
	1.2	760	Fornecimento de licença O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr ( <b>SKU AAA-10842</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	93,94	856.732,80	2.570.198,40
	1.3	50	Fornecimento de licença O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr ( <b>SKU SY9-00004</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	164,31	98.586,00	295.758,00
	1.4	50	Fornecimento de licença VisioPlan1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr ( <b>SKU HWN-00002</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	20,00	12.000,00	36.000,00
	1.5	20	Fornecimento de licença VisioPlan2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr ( <b>SKU N9U-00002</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	59,85	14.364,00	43.092,00
	1.6	15	Fornecimento de licença PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr ( <b>SKU SEJ-00002</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	79,77	14.358,60	43.075,80
	1.7	100	Fornecimento de licença Power Automate Sub Per User ( <b>SKU SPU-00002</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	187,69	225.228,00	675.684,00
	1.8	100	Fornecimento de licença PowrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr ( <b>SKU NK4-00002</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	70,39	84.468,00	253.404,00
	1.9	1.035	Fornecimento de licença EntMobandSecE5Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr ( <b>SKU CE6-00003</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	69,48	862.941,60	2.588.824,80
	1.10	1.035	Fornecimento de licença Defender O365 P1 Sub Per User ( <b>SKU KF5-00002</b> ), por 36 (trinta e seis) meses.	7,99	99.235,80	297.707,40
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>						<b>7.079.792,40</b>

Termo de Referência nº 8/2022



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 21 de 33

### **ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

NOME DA LICITANTE, CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preços para contratação de empresas especializada para atendimento das demandas da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), de acordo com as especificações técnicas e quantidades constantes no item 3 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/2022, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, conforme abaixo:

ITEM	SUBITEM	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (SGD)	VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, PARA 36 MESES.
1	1.1	225	Fornecimento de licença O365E1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU T6A-00024), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	
	1.2	760	Fornecimento de licença O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU AAA-10842), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	
	1.3	50	Fornecimento de licença O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU SY9-00004), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	
	1.4	50	Fornecimento de licença VisioPlan1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU HWN-00002), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	
	1.5	20	Fornecimento de licença VisioPlan2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU N9U-00002), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	
	1.6	15	Fornecimento de licença PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU SEJ-00002), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	
	1.7	100	Fornecimento de licença Power Automate Sub Per User (SKU SPU-00002), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	
	1.8	100	Fornecimento de licença PowrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU NK4-00002), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	
	1.9	1.035	Fornecimento de licença EntMobandSecE5Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr (SKU CE6-00003), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	

Termo de Referência nº 8/2022

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 22 de 33

1.10	1.035	Fornecimento de licença Defender O365 P1 Sub Per User (SKU KF5-00002), por 36 (trinta e seis) meses.		(*)	
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					

(\*) Valor a ser lançado no Sistema Comprasnet.

**Prazo de validade da proposta:** mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital.

**Demais condições** conforme Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/2022 e seus anexos.

**Declaração:** [ NOME DO LICITANTE ] declara que:

- As licenças fornecidas - referenciados nos subitens 1 a 10 - serão novas e possuirão garantia e suporte técnico, credenciado pelo fabricante na cidade do CONTRATANTE, nos termos do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/2022;
- Está ciente do disposto no item 4.2.5 do Anexo I do Edital, acerca da exigência prevista no art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020, que trata sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal.

**Nome da Empresa:****CNPJ:****Endereço:****Telefone/fax:****Banco/agência/conta:****E-mail:****Observações:**

- Para fins de execução contratual, a licitante deverá estar regularmente autorizada, pelo fabricante do produto, a fornecer licenças para o Governo (GIA – Government Integrator Agreement), bem como a comercializar os contratos de licenciamento da plataforma da Microsoft, com prazo de validade expresso e válido.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 23 de 33

**ANEXO IV – MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO**

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	ORDEM DE SERVIÇO
	Contrato nº
	OS nº

**1. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS**


**2. PRAZO PARA EXECUÇÃO**

Data de apresentação da documentação	Data de início	Data de término

**3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS**


**4. CUSTOS**

Atividade	Valor (R\$)	Total (R\$)
Total		

**5. PARTICIPANTES**

Nome	E-mail	Telefone

**6. ANEXOS**

Documento	Identificação

Brasília-DF, \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 24 de 33

### **ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO DE AMBIENTE DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA EM NUVEM – MICROSOFT O365 ENTERPRISE AGREEMENT COM SOFTWARE ASSURANCE COM AS RESPECTIVAS LICENÇAS E DEMAIS PRODUTOS DA SOLUÇÃO CONTRATADA – LICENÇA GOVERNAMENTAL (PROCESSO Nº \_\_\_\_/2022).**

Pelo presente Instrumento, o **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado, na forma do seu Regimento Interno e da Portaria TCDF nº 03/2021, pelo seu Secretário-Geral de Administração, Sr. Paulo Cavalcanti de Oliveira, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_, CI RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de solução de ambiente de colaboração e comunicação corporativa em nuvem – Microsoft O365 Enterprise Agreement com Software Assurance com as respectivas licenças e demais produtos da solução contratada para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), de acordo com as especificações e as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022 e em seus anexos.

Termo de Referência nº 8/2022





**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 25 de 33

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 Os serviços serão executados na forma indireta sob o regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1 O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA o valor total estabelecido na proposta de R\$ \_\_ (\_\_) equivalente à 36(trinta e seis) meses – em parcelas anuais de R\$ \_\_ (\_\_) para cada período de 12 (doze) meses de execução contratual.

3.2 A despesa correrá à conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE.

3.3 Todas as despesas com os tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto da licitação, inclusive envio de materiais em demonstração e eventual devolução dos que não forem de interesse do TCDF, correrão por conta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES**

4.1. O início da prestação dos serviços ocorrerá quando da disponibilização das subscrições contratadas por meio da criação do usuário gestor e habilitação de uso das subscrições, dentro do prazo máximo de até 10 (dez) dias, após a entrega da Ordem de Serviço (Anexo IV) pela CONTRATADA.

4.2. Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de execução do objeto poderão ser prorrogados pelo CONTRATANTE, devendo ser mantidas as demais exigências do ajuste e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

4.3. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto ajustado.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal, que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 26 de 33

CONTRATADA.

5.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/2005, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.3. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/2009 da então Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.4. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Fazenda do Distrito Federal, a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

5.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no *caput* desta Cláusula, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA caso o(s) fornecimento(s)/serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em) substituído(s) ou

Termo de Referência nº 8/2022



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 27 de 33

corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA**

6.1 A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, enquadrando-se segundo a natureza em: \_\_\_\_\_, tendo a seguinte classificação funcional e programática: \_\_\_\_\_ e fonte de recursos: \_\_\_\_\_.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

7.1 O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados da disponibilidade do sistema (nos termos da Cláusula Quarta), sendo seu extrato publicado no DODF, às expensas do CONTRATANTE.

7.2 O objeto da presente contratação está previsto no Plano Plurianual do Distrito Federal (Lei Distrital nº \_\_\_\_/20\_\_), encontrando-se no Programa de Trabalho nº “\_\_\_\_\_ – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL”.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

8.1 Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

8.1.1. não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/2022 e seus anexos;



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 28 de 33

- 8.1.2. o atraso injustificado para o início do fornecimento dos produtos e/ou prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 8.1.3. o não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 8.1.4. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;
- 8.1.5. a decretação de falência;
- 8.1.6. a dissolução da sociedade;
- 8.1.7. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste Instrumento Contratual, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/1993;
- 8.1.8. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Instrumento Contratual, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/1993;
- 8.1.9. subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato; e
- 8.1.10. uso ou emprego da mão de obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO**

9.1 Nos casos de rescisão previstos neste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

- I - execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e
- II - retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 29 de 33

art. 70 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência do fornecimento dos bens.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

10.1 O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada de acordo com o(s) percentual(is) a seguir, a depender do tempo total de atraso, garantida prévia defesa, sendo observadas eventuais prorrogações de prazo autorizadas a critério do CONTRATANTE.

10.2 Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso sobre o custo do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

10.3 Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa administrativa de 12% (doze por cento) – incidente sobre o valor não executado – ou de 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total da contratação.

10.4 O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa prevista no item 8.3, as sanções de advertência, prevista no inciso I, do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal.

10.5 No caso de aplicação de multa moratória prevista no item 8.2 ou das multas previstas no item 8.3, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades previstas nesta Cláusula.

10.6 A multa de inexecução total da contratação incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

10.7 As multas tratadas neste item serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Termo de Referência nº 8/2022



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 30 de 33

## **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

- 11.1.1 Receber o objeto contratado nos termos da Cláusula Décima Quarta deste contrato;
- 11.1.2 Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da Cláusula Quinta mediante Nota Fiscal devidamente atestada;
- 11.1.13 Cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº \_\_/2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

- 12.1.1. prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;
- 12.1.2. cumprir as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônica nº \_\_/2022 e seus anexos;
- 12.1.3. cumprir orientação do fiscal/executor do contrato;
- 12.1.4. ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993, em decorrência do fornecimento dos bens.

12.2 A CONTRATADA fica compelida a manter, durante toda a execução do ajuste/contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 A fiscalização e o controle da execução dos serviços serão exercidos por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo o mesmo franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como

Termo de Referência nº 8/2022



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 31 de 33

aos registros e informações sobre o Contrato, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 3, de 22.12.1997.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE:

13.3.1 determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

13.3.2 sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste instrumento, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

13.4 O serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais ou peças inadequadas, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

13.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1 Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

14.1.1 **PROVISORIAMENTE**, pelo servidor ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até cinco dias úteis da comunicação escrita da CONTRATADA, mediante relatório de execução dos serviços referente à obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso de a execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial;

14.1.2 **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de até noventa dias do término da execução contratual, que comprove a adequação da execução do objeto aos termos contratuais,

Termo de Referência nº 8/2022





**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 32 de 33

observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo do objeto, por meio de termo circunstanciado também assinado pelo representante da CONTRATADA, em 2 (duas) vias, o qual ficará com uma destas.

14.3. Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o seu não recebimento definitivo. O servidor ou a comissão discriminará em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

14.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

14.5 O recebimento provisório ou mensal não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

15.1 O valor do objeto desta contratação é fixo e irreajustável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO**

Termo de Referência nº 8/2022





**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 33 de 33

17.1 O teor do Edital, na modalidade de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022, seus anexos e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste Instrumento Contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO**

18.2 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

18.3 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Instrumento Contratual, do qual se extraíram 2 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_